Argumentos pela Palestina

Cláudio Katz
Economista, pesquisador do Consejo Nacional de
Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet)
e professor da Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Argumentos pela Palestina

O artigo discute as versões correntes a respeito da guerra movida por Israel contra o Líbano em 2006, desconstruindo alguns dos principais mitos a respeito e afirmando a centralidade da questão Palestina. Depois de analisar os dilemas e os limites do nacionalismo árabe são debatidas duas diferentes alternativas apresentadas pela esquerda para a questão: a conformação de dois Estados soberanos ou de um só Estado laico e democrático, proposta defendida pelo autor.
Palavras-chave: Guerra do Líbano, Israel, Palestina.

Arguments for Palestine

The article discusses the current versions on the war impelled by Israel against Lebanon in 2006. The discussion is done by deconstructing some of the main myths related to that war and by reinforcing the centrality of the Palestine question. After analysing the dilemmas and the limits of the Arabic nationalism, two different alternatives presented by the left are debated: the formation of two sovereign states or the formation of only one secular and democratic state as supported by the author.
Keywords: Lebanon War, Israel, Palestine.

A recente guerra do Líbano teve muitos ângulos, mas uma causa evidente: a questão Palestina. O conflito foi conseqüência direta de vários meses de violência extrema em Gaza e na Cisjordânia e foi precedido durante a década passada por três acontecimentos ligados a uma onda de refugiados palestinos: a guerra civil libanesa, a primeira invasão israelense e o nascimento do Hezbollah. Pela enésima vez, todos os comentaristas voltam a repetir que não "haverá paz no Oriente Médio se não se resolver o problema palestino". Mas qual é a solução?

Aqueles que atribuem esse drama a causas milenaristas, oposições religiosas e mentalidades irreconciliáveis consideram que a guerra é uma fatalidade. Essa opinião é muito generalizada, mas pouco explicitada. O mais comum é escutar a interpretação oficial dos Estados Unidos e de Israel que acusa os palestinos de perpetuarem o conflito com a cumplicidade de vários governos árabes. Esses argumentos foram difundidos amplamente nos últimos meses e se baseiam em velhos preconceitos, que tornam muito obscuro aquilo que deveria ser transparente. Desmistificar essas crenças é o ponto de partida de qualquer debate racional sobre as soluções possíveis para o drama do Oriente Médio.

"Direito de se defender"

As acusações contra os palestinos sempre enfatizam que Israel é um país acossado. Dessa vez também se proclamou que "nenhuma nação soberana pode aceitar ser agredida" (Rein, 2006). Mas a guerra não eclodiu pela captura de dois soldados no Líbano. Esse tipo

de operativo ocorreu em muitas ocasiões e freqüentemente foi concluído com intercâmbios de prisioneiros. Dessa vez a novidade foi a magnitude de uma operação ofensiva que o exército israelense havia planificado com grande antecipação.

Não é correto afirmar que o "Hezbollah começou a guerra" (cf. Dzalb, 2006). A captura dos israelenses foi precedida pelo seqüestro de vários civis palestinos e o fuzilamento indiscriminado de famílias nas praias de Gaza. O Hezbollah reagiu frente ao metódico massacre perpetrado havia meses pelo exército ocupante nessa região.

Por outro lado, é muito controvertido desvendar, em cada ocasião, quem atirou a primeira pedra. Israel atacou em 1956 e 1967 e recebeu o primeiro golpe em 1948 e 1973. Quando toma a dianteira, seus partidários celebram a astúcia de um golpe preventivo e quando este se atrasa levantam um clamor de indignação. A determinação de qual foi o detonante da recente guerra pode conduzir a um debate bizantino, mas a inqualificável tragédia humana provocada por Israel não está sujeita a nenhuma controvérsia.

As atrocidades cometidas contra a população civil libanesa superaram tudo o que foi visto nos últimos anos. Bombardeios indiscriminados, matanças de crianças e mulheres em fuga, aldeias arrasadas, ataques premeditados contra refugiados, utilização do horroroso fósforo branco e dos proscritos projéteis de fragmentação, destruição de uma jóia cultural do Oriente Médio, catástrofe ecológica. Ninguém poderá esquecer a imagem das crianças cinzentas massacradas em Qana, nem a montanha de cadáveres que seguem aparecendo sob os escombros, junto com 100 mil bombas sem explodir.

Dessa vez, o exército israelense não teve contenção interna nem mundial. Atuou sem freios e afundou-se na obscuridade da crueldade e na vingança de um castigo coletivo. A foto de crianças escrevendo mensagens de apoio nos obuses ilustra o tom de uma carnificina. A Organização das Nações Unidas (onu) e os governos dos Estados Unidos e da Europa toleraram um massacre que assinalou o "apagão moral de Israel" (Levy, 2006).

"Guerra pela sobrevivência"

Algumas pessoas apresentam a agressão contra o Líbano como a "sexta guerra pela sobrevivência travada pelo país" (Grynwald, 2006). Afirmam que Israel é uma nação muito pequena que, diferentemente de seus vizinhos, "não pode perder nenhuma guerra". Mas, em seu reduzido espaço territorial, o país concentra o maior arsenal militar da região. Conta com o apoio financeiro dos Estados Unidos, experimenta todas as invenções do Pentágono e acumula 250 bombas nucleares que, segundo demonstrou o cientista preso Mordechai Vanunu, bastariam para destruir o Oriente Médio em poucos segundos. Como essa explosão liquidaria também Israel, o armamento letal por enquanto é mantido na reserva para ser utilizado em uma situação extrema.

Aqueles que argumentam que "Israel deseja a paz, mas não lhe permitem" sempre se referem a certas resoluções das Nações Unidas, como as que tratam do desarmamento do Hezbollah. Mas nunca se lembram das normas opostas que exigem a retirada dos territórios ocupados. Durante a última crise verificou-se, além disso, até que ponto a ONU não é um árbitro equânime do conflito. Invariavelmente atua em função dos compromissos auspiciados pelos Estados Unidos.

O Conselho de Segurança nem sequer condenou o assassinato premeditado de quatro de seus funcionários e retardou a petição de cessar fogo, enquanto esperava que as tropas israelenses concretizassem sua fracassada limpeza bélica. Por isso, a indignação do mundo árabe com as Nações Unidas é tão intensa como o ódio em relação aos Estados Unidos e o desprezo pela Europa.

Israel atua há décadas como uma força militar que se expande rompendo todas as fronteiras. Os generais tomaram o controle do Estado, sem necessidade de recorrer a um golpe de Estado. Definem o momento de cada guerra e provavelmente atacaram o Líbano para liquidar as contas pendentes desde a sua humilhante retirada da década passada. Da mesma forma que em 1967, quando estabeleceram

o limite ao leste do rio Jordão, ambicionavam havia muito tempo fixar a fronteira norte no rio Litani. A coalizão de governo com os trabalhistas – que parecia se distanciar desse modelo belicista – aprofundou, na prática, o esquema militarista.

"A ameaça terrorista"

O governo israelense repete todo o tempo o lema de Bush: "É preciso derrotar o terrorismo" porque "são eles ou nós". Mas quem exerce a violência sistemática contra a população civil? Quem planifica a partir do Estado os crimes cometidos contra os palestinos e os libaneses?

O exército israelense nunca limitou sua ação a objetivos militares. A matança de vários milhares de palestinos desarmados em Sabra e Chatila foi perpetrada em 1982 pelas milícias falangistas, controladas por Israel. Os métodos de terrorismo são aplicados cotidianamente sobre 10 mil presos políticos, incluindo mulheres e crianças enclausuradas sem direitos, em um país que legalizou o uso da tortura.

Alguns cínicos afirmam que a luta contra o nazismo também produziu vítimas civis (Dzalb, 2006). Justificam o bombardeio contra a população alemã ao final da guerra ou o genocídio nuclear de Hiroshima e Nagasaki e ocultam que esses massacres foram concretizados quando ambos os países já estavam derrotados. Da mesma forma que a vândala matança de três milhões de pessoas no Vietnã, essas operações não tinham objetivos bélicos.[1]

A doutrina militar de Israel se baseia em alardear a superioridade bélica a qualquer preço de vítimas. Propicia atos de terror para criar a imagem de um país invencível e emite mensagens prepotentes para alardear o caráter indefeso de seus adversários. Uma forma brutal

---

[1] Saxe Fernandez (2005) explica o sentido geopolítico dessa estratégia.

desse alarde foi a de desprezar um milhão de libaneses desguarnecidos diante do bombardeio, enquanto se destacava a "proteção que têm os israelenses em seus refúgios". Essa atitude procurou incentivar um espírito de vingança para que "o inimigo receba o que merece".

Israel exagera o poderio de seus vizinhos, apelando aos mesmos disparates difundidos por Bush para invadir o Iraque ("desativar as armas de destruição em massa"). Também recorre aos mesmos códigos que utilizava a ditadura argentina para apresentar as suas vítimas como "terroristas encobertos", ainda que os cadáveres exibidos somente retratem crianças e mulheres indefesas.

Com assassinatos seletivos e detenções indiscriminadas, Israel antecipou os métodos que os Estados Unidos utilizam em Guantánamo. As prisões secretas da CIA, as torturas de Abu Ghraib e a institucionalização dos desaparecidos foram ensaiadas há muito tempo em Gaza e na Cisjordânia.

"São como Bin Laden"

Israel descreve como terroristas os integrantes de uma resistência popular equiparável a qualquer movimento de libertação contemporâneo. A maioria da população apóia os guerrilheiros porque se identifica com a sua causa. Como essa solidariedade é um enigma indecifrável para os opressores, estes caluniam os combatentes ("protegem-se com escudos humanos") ou os descrevem como fanáticos religiosos desmiolados.

Mas é evidente que o Hezbollah não é somente uma organização militar. Mantém uma importante estrutura política (com deputados e representantes no governo) e uma grande rede social de serviços (com fundos para a reconstrução que substituem a fraqueza do Estado). Também atua disciplinadamente e respeitando estritos códigos morais. O governo de Israel se empenha em assemelhar essa organização a Bin Laden, quando eles próprios declararam sua oposição

frontal às ações da Al Qaida. Por meio dessa confusão grosseira trata de identificar a resistência anticolonial a uma brutal modalidade de terrorismo.

A Al Qaida executa atentados contra a população civil do Ocidente (Torres Gêmeas, Atocha, Bali, Londres), que são totalmente antagônicos à ação defensiva desenvolvida pelo Hezbollah. Enquanto os grupos de Bin Laden foram criados pela CIA nos anos de 1980 no Afeganistão para participar da guerra contra a União Soviética, o Hezbollah nasceu para resistir à presença colonialista no Sul do Líbano.

O terrorismo da Al Qaida é reativo e complementar ao terrorismo institucionalizado implementado pelos Estados Unidos. Realizam matanças sanguinárias de xiitas no Iraque, que contribuem para a guerra civil tolerada pelos norte-americanos para perpetuar a sua ocupação desse país. O Hezbollah denunciou essas matanças entre comunidades (que já dilaceraram a população da ex-Iugoslávia) e aponta seus canhões contra o ocupante israelense.

É verdade que essa resistência é muito variada e inclui, ao lado de legítimas formas de mobilização e armamento popular, atentados suicidas terríveis e equivocados. Essas ações foram publicamente questionadas por muitas correntes do movimento palestino. Mas é importante não confundir, mesmo nesse caso, quais são os lados em luta. O terror desesperado de um suicida não se equipara ao terror planificado a partir do Pentágono. Entre ambos existe a mesma diferença que separava na Argentina a repressão dos militares das operações da guerrilha. Aqueles que esquecem essas diferenças terminam projetando no Oriente Médio a "teoria dos dois demônios", que situa em um mesmo plano ético, político e militar os resistentes e os opressores.[2]

---

[2] Nos debates recentes sobre o terrorismo foram ressaltadas essas e outras diferenças: Boron (2005); Kepel (2005); Bllin e Chaliand (2004); Rozitchner (2005); Tokatlian (2005).

"Extensão da democracia"

Às vezes se escuta que "Israel é a única democracia da região", como se a posse desse atributo legitimasse suas guerras. Mas nesse país, na realidade, funciona uma democracia ao estilo do *apartheid*. Enquanto os judeus israelenses contam com direitos efetivos, os árabes israelenses são tratados como cidadãos de segunda categoria.

Israel não possui uma Constituição escrita. Essa lacuna não significa respeito pela tradição oral, mas denota as vantagens que essa descontinuidade jurídica confere à expansão territorial. A democracia israelense não tem muita consideração com seus vizinhos. Desde que o Hamas triunfou contra o Fatah, em uma eleição muito concorrida e transparente, o exército ocupante seqüestrou a metade do parlamento e quase todo o ministério.

Atualmente, a bandeira da democracia serve para qualquer objetivo. O presidente George W. Bush a esgrime para ocupar o Iraque e equiparar sua invasão à epopéia anti-hitlerista da Europa. O primeiro-ministro israelita Ehud Olmert recorre ao mesmo argumento. Mas ambos ocultam que seus atos se assemelham mais aos do opressor nazista do que aos da resistência antifascista.

Com uma grande retórica a favor da democracia, Israel e os Estados Unidos apóiam os regimes mais despóticos do Oriente Médio. Apresentam os mandatários da Síria e do Irã como a encarnação do totalitarismo, mas elogiam simultaneamente presidentes semi-ditatoriais como Muhammad Hosni Said Mubarak Mubarak (Egito) ou Pervez Musharaf (Paquistão). Os senhores da guerra do Afeganistão e as monarquias da região do Golfo Pérsico – que governam com algum simulacro de eleições – são também aplaudidos por Israel e pelos Estados Unidos. Nenhum membro de governos ocidentais perde o sono pelo fato de que as mulheres e as minorias careçam de direitos na Arábia Saudita. Somente necessitam de alguma paródia de eleições municipais para preservar sua veneração pela soberania cidadã.

A paixão pelos mesmos valores alardeados por Israel não lhe impediu de descarregar toneladas de explosivos sobre o pequeno país que no ano passado protagonizou uma grande irrupção democrática. Essa abertura, que se seguiu ao assassinato do ex primeiro-ministro Rafia Hariri, foi aplaudida por Bush, enquanto o movimento parecia se orientar para o questionamento da Síria e do Hezbollah. Esses elogios desapareceram quando Israel sepultou com bombardeios todos os setores pró-ocidentais do governo libanês. Não é a primeira vez que, apressados por uma mudança de planos, os imperialistas esmagam os seus próprios aliados. Sadam Hussein foi, por exemplo, o grande sócio do Pentágono na guerra contra o Iraque, antes de se converter no "principal inimigo da humanidade".

Os Estados Unidos e Israel não puderam tolerar no Oriente Médio um paradoxo da democracia que estimulam. Incentivaram as eleições para gerar governos pró-ocidentais e se depararam com triunfos massivos de partidos islâmicos e antiamericanos, especialmente na Palestina e no Iraque. Por isso, o imperialismo já declarou o réquiem da primavera árabe e resolveu congelar suas convocatórias à democracia. Seguramente, os especialistas da CNN explicarão que a "mentalidade árabe" já não é compatível com as instituições do Ocidente.[3]

"Paz sem contra-partidas"

Israel difundiu novamente a crença de que propõe acordos e recebe bombas como resposta. Alguns afirmam que "o prêmio recebido por nossa retirada de Gaza foi uma escalada dos mísseis". Mas o certo é que o exército do país somente abandona parcelas de pouca importância para ocupar terrenos de maior importância. O resultado

---

[3] Esse giro político foi detalhado por vários analistas: Gilles (2006); Febbro (2005); Achcar (2005).

dessa estratégia é a contínua expulsão dos palestinos e a crescente ampliação geográfica de Israel.

Essa expansão não é um efeito de guerras indesejadas, mas o produto de uma meditada política de anexação territorial. Por essa razão, foram assassinados 150 palestinos em Gaza e na Cisjordânia enquanto durou o ataque ao Líbano. A decisão de demolir qualquer vestígio de vida normal nos territórios ocupados se mantém após a trégua acordada na frente norte.

Nos últimos anos, Israel instrumentalizou uma "desconexão unilateral" para remodelar as fronteiras de acordo com a sua conveniência. Captura as terras mais valiosas da Cisjordânia e perpetua um cerco em torno do grande campo de concentração que criou em Gaza. O eixo dessa política é a absorção definitiva da primeira região e a destruição da segunda. Essa absorção teve um começo militar (1967-1973) seguido pelo assentamento de colonos religiosos (1974-1977), culminando com a instalação final implementada pelos governos direitistas do Likud.

Na Cisjordânia foi construída uma constelação de colônias, sustentadas por investimentos milionários e sólidas administrações estatais. A população palestina ficou dispersa em cantões desconectados e só pode circular de forma restrita, com documentos muito bem especificados. A velha Jerusalém foi totalmente absorvida e não é proclamada oficialmente como capital do país para evitar fricções diplomáticas internacionais. Todas as colinas e regiões de administração dos recursos hídricos (muito mais baratos do que qualquer plano para dessalinizar a água) passaram às mãos dos ocupantes.

Israel aproveitou o período de negociações vigente entre Oslo (1993) e Camp David (2000) para se apropriar de 60% do novo território e de 80% da água. Aumentou de 100 mil para 253 mil o número de colonos e agora constrói o grande muro (a um ritmo de 500 metros por dia) para completar o enclausuramento da população palestina e precipitar a sua expulsão. Os bloqueios e controles permanentes

perseguem esse objetivo, porque da velha fronteira de 1967 já não resta nada.

Os palestinos ficaram dispersos em um território totalmente descontínuo. Sofrem a aplicação do modelo sul-africano de Bantustão, que dilacera seu país em cantões sem comunicação. Os que permanecem devem submeter-se às regras da dependência financeira total, já seus rendimentos são confiscados por Israel e depois parcialmente devolvidos. Por isso, o ocupante pode manter, reduzir ou cortar a seu bel-prazer esses fundos (como ocorreu após o triunfo do Hamas). Esse processo de expropriação não só demonstra a inexistência de predisposição pacifista por parte de Israel, mas também ilustra cruamente o sentido do processo colonial precedente.[4]

"Reparação histórica"

Os sionistas argumentam que a instituição do Estado de Israel constituiu uma reparação internacional aos sofrimentos padecidos pelo povo judeu. Construíram o país recordando o holocausto, como uma tragédia que deveria ser evitada pela força no futuro. Com esse espírito de vingança, atacaram os palestinos que não tiveram nenhuma participação no genocídio perpetrado na Europa.

Em 1948, viviam na região 600 mil judeus e 1,2 milhão de árabes. A guerra resultou na emigração forçada de 750 mil membros desta segunda coletividade, diante do colapso provocado pela partilha estipulada pela ONU. Essa decisão foi adotada sem nenhuma consulta à população.

O que habitualmente é reivindicado como uma decisão eqüitativa das Nações Unidas foi um típico ato de divisão colonial de territó-

---

[4] Um informe detalhado do confisco da Cisjordânia é exposto em Editors (2005). Veja também Chomsky (2006) e Ali (2006).

rios alheios por parte de potências acostumadas a traçar o mapa em função de suas conveniências. Uma consulta aos interessados seguramente teria demonstrado que a maioria se opunha à partilha. Os palestinos constituíam historicamente uma comunidade multiétnica que incluía judeus, cristãos e muçulmanos. A fratura do país provocou um conflito que aumentou incessantemente e ensangüentou várias gerações do Oriente Médio.[5]

A partilha sepultou inclusive o projeto de um lar nacional judaico, que poderia ter sido erigido mediante compromissos com os habitantes da Palestina e converteu uma ideologia de origem nacionalista – como era o sionismo – em uma doutrina colonialista. A idéia de unir voluntariamente os judeus interessados em se aglutinar como uma nação se transformou em um projeto de desapropriação de outra comunidade.

Com essa mudança, começou a se propagar o mito da "terra vazia" que foi difundido pelos conquistadores de todas as épocas. Afirmaram que "não havia ninguém" nas regiões que ocuparam de arma em punho e, em um breve período histórico, implementaram a apropriação violenta que caracteriza a acumulação primitiva de capital.[6]

A experiência colonialista não foi imposta no Oriente Médio por meio do extermínio físico generalizado (como em Ruanda), senão através de golpes específicos, destinados a confiscar as terras dos palestinos e forçar sua partida. Alguns autores denominam "sociocídio" a esse processo de demolição de uma sociedade, por meio da conversão dos camponeses em refugiados, do exílio da intelectualidade e do desmantelamento das cidades (somente Nazaré se salvou, a fim de preservar as relações com o Vaticano) (Jawad, 2006).

A sociedade israelense constituiu-se exaltando essas proezas bélicas. A segurança se transformou no princípio ordenador de um

---

[5] Ben David (2005) detalha os efeitos da partilha.

[6] Essa ação foi um exemplo contundente daquilo que Harvey (2003, cap. 4) denomina "acumulação por desapropriação".

Estado que absorve ondas de imigrantes em um espaço territorial minúsculo (a última veio da Rússia). Essa obsessão pelo inimigo externo atenua as tensões internas entre as distintas comunidades que chegam ao país (especialmente entre europeus e orientais). O preço dessa beligerância tem sido o enclausuramento coletivo, em um espírito guerreiro que asfixia aos próprios conquistadores.

Mas o maior obstáculo a esse ataque tem sido a resistência dos palestinos. Israel não pôde estabilizar sua dominação devido à inviabilidade contemporânea dos três recursos tradicionais da conquista: o extermínio (ameríndios), a escravização (africanos) e a expulsão do território (típica da Antigüidade). Essas formas de massacre eram correntes até o século XIX, mas não podem ser implementadas na atualidade.

Israel começou a desenvolver seu colonialismo tardio em um período marcado pela descolonização e pela luta internacional contra o racismo. Os palestinos resistiram à sua dissolução nos países fronteiriços, com atos de heroísmo próprios de Davi diante de Golias, reproduzindo a ação dos judeus sublevados do Gueto de Varsóvia em 1934.

"Uma aliança necessária"

O que mais alimenta o caráter beligerante de Israel é a relação carnal estabelecida com os Estados Unidos. Os sionistas afirmam que essa conexão estreita constitui um efeito não previsto do xadrez político internacional. Proclamam com ridícula ingenuidade que "a ajuda dos norte-americanos nos permite enfrentar os milhões de árabes", sem perguntar quem se beneficia dessa colaboração.

O amálgama com os Estados Unidos não foi constitutivo da formação de Israel. A criação do novo Estado contou com a aprovação da União Soviética e, nos anos 1960, a França era o principal abastecedor militar do país, porque procurava gerar uma aliança antiárabe em plena guerra da Argélia. Quando Israel ocupou a península do

Sinai – complementando o desembarque anglo-francês no Canal de Suez em 1956 – os Estados Unidos vetaram a operação. O que induziu a primeira potência mundial a consolidar uma relação de enclave de longo prazo com Israel foi a fulminante vitória sionista da guerra dos Seis Dias em 1967.

A partir desse momento afirmou-se nos Estados Unidos o famoso *lobby* israelense, com um grupo de pressão mais influente que seu equivalente cubano ou petrolífero. É uma associação muito vinculada aos neoconservadores de Bush, que trabalhou intensamente a favor da guerra do Iraque. Não opera como uma rede especificamente judaica, já que dois terços dessa coletividade não participam nas organizações sionistas e se mantêm muito distantes de todos os acontecimentos do Oriente Médio. O *lobby* é um grupo político-financeiro de composição muito variada.

O fortalecimento das relações com os Estados Unidos facilitou, por sua vez, a convergência da direita israelense do Likud com as correntes cristãs reacionárias dominantes no Partido Republicano. Esse vínculo reforçou-se com a chegada a Israel de colonos pertencentes às seitas mais retrógradas dos Estados Unidos.

Sob essas influências, o sócio sionista ficou na primeira linha da batalha contra o mundo muçulmano promovida pelos teóricos direitistas. Bush utilizou várias vezes o termo de "cruzada" para sugerir a existência de uma guerra santa no Oriente Médio. Essa ação – concebida como uma façanha da civilização "contra o complô islâmico" – é difundida por meio de preconceitos delirantes pelos grupos reacionários de ambos os continentes.

O sionismo contemporâneo já não preserva nenhum vestígio do comunitarismo igualitarista que incluiu em suas origens, especialmente nas fazendas agrícolas coletivas dos Kibutzim. É uma ideologia plenamente convergente com o fundamentalismo neoconservador. A superioridade dos judeus é justificada em Israel com os mesmos arcaísmos que são utilizados nos Estados Unidos para repudiar Darwin.

Israel atua há quarenta anos como agente do imperialismo. Tanto a superioridade militar como sua permanência nos territórios ocupados se transformaram em componentes-chave da estratégia mundial dos Estados Unidos. Essa função geopolítica foi muito visível durante a recente guerra do Líbano.[7]

Essa agressão foi apresentada como um ato de soberania fronteiriça, mas muitos analistas israelenses não ocultaram que o destinatário da operação era o Irã (Rein, 2006). Buscou-se enviar uma advertência a um regime contraposto aos Estados Unidos e que retomou o projeto nuclear censurado pelas potências do Ocidente. Israel tem experiência nessa matéria, porque, em 1981, atacou pelo ar as fábricas de processamento do questionado material atômico que era manufaturado pelo Iraque. A ofensiva no Líbano foi programada como um eventual prelúdio ao bombardeio desse tipo de instalação. Não está claro se agora essa operação será suspensa ou mantida na agenda de Bush.[8]

O ataque israelense também buscou abrir uma terceira frente na guerra regional iniciada pelos Estados Unidos no Afeganistão. Pretendia compensar os crescentes fracassos que o Pentágono enfrenta para converter o Iraque em um dócil protetorado petrolífero. Com uma vitória no Líbano, Bush esperava contrabalançar as dificuldades políticas que enfrenta dentro dos Estados Unidos (oposição dos Democratas, pesquisas de opinião em rápida queda, questionamentos por parte do *establishment*). Também tentou retomar o unilateralismo belicoso que naufraga no exterior. O bloco internacional com a "nova Europa" foi dissolvido depois da derrota de José Maria Aznar na Espanha e de Silvio Berlusconi na Itália e da crise do governo

---

[7] A relação dos Estados Unidos com Israel é descrita por Wallerstein (2006), Walt (2006), e Petras (2006).

[8] Um detalhado informe desses planos é exposto em Hersh (2006). Uma análise do mesmo processo é proposta em Meyssan (2004 e 2006).

de Tony Blair. O operativo israelense representou uma fuga desses fracassos repetidos.

"Auto-ódio"

Os massacres no Líbano desencadearam fortes críticas a Israel, que os sionistas interpretam como manifestações de um "anti-semitismo sem desculpas" (Widder, 2006).[9] Mostram como prova algumas declarações efetivamente insultantes e inadmissíveis de seus adversários. Mas simplesmente esquecem que nenhum comentário, por mais ofensivo que seja, merece ser respondido com bombas.

Os sionistas alertam para a "ameaça sofrida pelo povo judeu" e prometem contrabalançá-la reforçando Israel. Recriam temores ancestrais e o medo legado pelo holocausto para justificar a aplicação da lei da selva no Oriente Médio. O certo é que as comunidades judaicas não enfrentam um risco significativo no mundo, em comparação a outras situações de potencial limpeza étnica. O anti-semitismo já não tem a incidência do passado e é utilizado para ocultar o que está em jogo na Palestina.

Essa cortina de fumaça se baseia na confusão criada pela errônea identificação de três conceitos: judaísmo, sionismo e Israel. Quem apresenta essas noções como indissociáveis bloqueia qualquer reflexão racional da tragédia do Oriente Médio.[10] O judaísmo é uma religião, uma cultura ou uma tradição de um povo disseminado por

---

[9] A partir do momento em que estão envolvidos povos árabes de origem semita, corresponderia antes o qualificativo de "antijudaico".

[10] "O laço místico que o judeu tem com a terra de Israel (...) [obedece ao fato de que] (...) Israel representa para o povo judeu um elemento indissolúvel de sua identidade." (Goldman, 2006). Em oposição a essa visão simplificada, a relação entre sionismo e judaísmo foi colocada em termos muito mais elaborados pelos teóricos marxistas. O texto clássico de León (1975) pode ser visto como uma polêmica com o sionismo de esquerda de Borojov (1973).

muitos países. O grau de permanência de sua identidade diferenciada tem variado significativamente em cada geração e em cada região. Não só há mais judeus no mundo do que em Israel, mas um importante número deles não tem nenhum vínculo com o Oriente Médio.

Israel é um Estado construído a partir da hegemonia confessional dos judeus. Mas atualmente inclui não somente uma considerável minoria de árabes-israelenses – hostilizados e separados do resto dos palestinos – mas também vários grupos de imigrantes sem nenhum laço com algum passado judaico. Finalmente, o sionismo é a ideologia colonialista que justifica os direitos dos invasores sobre as terras que pertenciam aos habitantes originários da Palestina. Essa doutrina reivindica a superioridade dos colonos apropriadores ("construímos um país no deserto frente à inoperância dos árabes"), com argumentos milenaristas, sagrados ou simplesmente pragmáticos.

Considerando essas diferenças, não é a mesma coisa declarar-se antijudeu, anti-sionista ou antiisraelense. A primeira definição é racista e a segunda, anticolonialista, ao passo que a terceira não possui um significado nítido. Da mesma forma que o antiamericanismo expressa o rechaço à opressão imperialista, mais do que um repúdio de um povo em relação a outro.

O sionismo demoliu os valores da tradição judaica. Seu crime contra o povo palestino destrói o fundamento ético e humanista desse legado cultural. A sociedade israelense adotou um perfil militarista que enaltece a violência, em aberta oposição à irmandade propiciada pelos pensadores judaicos.

A reflexão sobre esse contraste é um exercício inconcebível para os sionistas. Interpretam que esse questionamento é próprio de "um judeu que se odeia a si próprio". Mas quem encarna essa dualidade? Os anti-sionistas que aprovam o ato humano da resistência ou os sionistas que justificam os crimes?

Esse tipo de fratura constitui-se na realidade um padecimento estrutural da sociedade israelense, que vive submetida a um estado de psicose coletiva e de paranóia bélica. O clima de guerra permanente

com seus vizinhos criou uma patologia de ódio cada vez mais descontrolada.[11]

O sionismo levantou um muro artificial com os povos árabes. Dissolveu a história comum e a notória integração que, ao contrário do que ocorreu na Europa, as comunidades judaicas haviam alcançado nesses países. Também destruiu a herança de total ausência de choques religiosos que distinguia a relação entre ambos credos dos vínculos conflitivos que os dois mantinham com o cristianismo. O próprio sionismo teve inicialmente pouco embasamento religioso, mas, sob o efeito da brutalidade bélica, adotou os agressivos princípios do misticismo fundamentalista.

Mas nenhum argumento histórico ou conjuntural é suficiente para negar a realidade dos palestinos. Ao cabo de sessenta anos, a tragédia do oprimido sacode a vida cotidiana do opressor e o que ocorreu no Líbano recoloca traumáticos dilemas para Israel.

Não há liberdade como opressor

O governo de Olmert teve que aceitar uma trégua com a sensação de ter sofrido um pequeno Vietnã. Não conseguiu derrotar o Hezbollah nem deter a chuva de mísseis sobre o seu território. Acostumado a lidar com os palestinos desarmados de Gaza e da Cisjordânia, o exército israelense ficou desconcertado frente a uma sólida guerrilha e ensaiou todas as opções: assassinatos de dirigentes, operativos-comando, ataques em pequena escala e ofensivas massivas. Finalmente, teve de aceitar o cessar-fogo que inicialmente rejeitava e tolerou a coexistência do exército libanês e da ONU com o Hezbollah em sua fronteira.

O contraste entre a euforia dos milicianos libaneses e a amargura das tropas sionistas não deixa nenhuma dúvida sobre o resultado do

[11] Uma descrição desse drama é apresentada por Khalaf (2006).

conflito. Foi somente mais um *round* de uma luta de várias décadas e convém não esquecer que em 1973 Israel acabou ganhando na negociação o que tinha perdido no campo de batalha. Mas, pela primeira vez em muito tempo, uma iniciativa militar israelense foi concluída com um nítido revés.

Esse fracasso apresenta uma chamativa coincidência com os resultados das ações norte-americanas dos últimos três anos.[12] A devastação causada pelos pilotos israelenses já foi praticada por seus colegas estadunidenses e, por isso, a metade dos mortos no Iraque é composta por mulheres e crianças abatidas pelo fogo aéreo. Os generais do Pentágono pensavam concluir sua guerra com uma espetacular operação em Faluja e o alto mando israelense tentou alcançar a glória mediante uma fulminante ação fronteiriça.

Ambos apostaram no bombardeio aéreo, acreditando que a tecnologia podia substituir os soldados de carne e osso. Bush cometeu a estupidez de dissolver a milícia de Sadam e Olmert atacou as instalações do exército libanês sem nenhum propósito. O mesmo número imprevisto de baixas que atinge os *marines* impediu Israel de continuar a batalha. Uma baixa para cada dez libanesas é uma proporção muito elevada para um exército baseado na conscrição massiva e que carece de uma grande reserva de pobres para utilizar como carne de canhão. Olmert tentou provocar a mesma guerra civil suja que Bush tolera no Iraque, mas somente conseguiu o rechaço unânime de toda a sociedade libanesa.

A mesma inépcia bélica que desencadeou tantas críticas nos Estados Unidos (especialmente uma carta pública de ex-generais) está provocando um vendaval em Israel. Aumentam as denúncias dos reservistas devido à confusão nas ordens, à inoperância do aprovisionamento, ao desconhecimento do adversário e à corrupção do alto comando. A tormenta poderia desembocar em uma comissão inves-

---

[12] Achcar descreve alguns desses paralelos: Achcar (2006A e 2006B). Ver também Trablusi (2006) e Haddad (2006). Outra visão é oferecida por Luttwak (2006).

tigadora para dividir as culpas, precipitar uma mudança de governo ou facilitar a revanche alentada pela direita.[13] Mas, à médio prazo, ninguém poderá evitar o enfrentamento com o impasse histórico criado pela interminável guerra com seus vizinhos. A sociedade israelense carrega uma impossibilidade de progresso enquanto atuar como carcereira de outra nação. Um povo que oprime outro não pode ser livre.

Dilemas palestinos

Os sessenta anos de luta dos palestinos foram uma dura epopéia de heroísmo, sofrimentos e frustrações. Não conseguiram recuperar suas terras nem construir seu Estado, mas impuseram a legitimidade de sua demanda. Já não podem ser ignorados por Israel nem ser eliminados do cenário internacional. Ninguém desconhece formalmente sua causa nem propõe "que resolvam seus problemas com os árabes". A tese inicial dos sionistas ("há muito espaço para eles na Jordânia, no Egito e na Síria") é atualmente impronunciável.

Mas o movimento de libertação palestino sofre as conseqüências do nefasto apadrinhamento que os governos árabes tradicionalmente exerceram sobre sua ação. Essa influência sepultou durante décadas a efetividade da sua resistência e provocou incontáveis derrotas. As classes dominantes dos países circunvizinhos a Israel sempre se chocaram contra um projeto sionista que introduzia um poder externo em sua área de influência geográfica. A expulsão dos palestinos agravou todos os desequilíbrios da região: aumentou a instabilidade dos regimes políticos e aprofundou a degradação das economias já depredadas pelos colonialistas estrangeiros e seus sócios locais.

---

[13] Tudo o que se viu constitui "apenas uma antecipação do filme principal", que será outra invasão em maior escala, anuncia um homem da direita. Shalom (2006).

Durante os anos 1960 e 1970, os governos nacionalistas que tentaram reverter parcialmente esse saqueio – como o de Gamal Abdel Nasser no Egito e o do partido Baath na Síria – tiveram que enfrentar Israel. Mas recorreram ao terreno da guerra convencional, que favorecia seu inimigo, sofrendo escandalosas derrotas. O nacionalismo buscava limitar a interferência representada por Israel à modernização do capitalismo árabe e adotou a causa palestina com esse propósito restritivo. Nunca apostou na erradicação da opressão imperialista no Oriente Médio.

Por isso, os governos árabes da época procuraram a arregimentação política, a subordinação financeira e a dependência militar desse movimento. Trabalharam não somente para limitar sua luta, mas também para evitar a convergência de um movimento nacional revolucionário com as demandas sociais dos oprimidos da região. Essa tensão traduziu-se em numerosos enfrentamentos com os palestinos e em ações repressivas contra os seus setores mais radicalizados, especialmente na Jordânia e no Líbano.

Esses choques e os sucessivos reveses diante de Israel conduziram finalmente à decadência do nacionalismo. Os sucessores dessa corrente abandonaram primeiro a opção militar e depois mudaram totalmente de lado. Estabeleceram relações com Israel e se converteram em sócios obedientes do Pentágono. A subordinação já é tão grande na atualidade que o Egito e a Jordânia nem sequer romperam esses vínculos durante os recentes bombardeios israelenses ao Líbano.

Diante da agressão, a Liga Árabe reuniu-se, emitiu um comunicado adequado à ocasião e sob a influência dos xeques da Arábia Saudita, escutaram-se mais condenações ao Hezbollah do que aos Estados Unidos. Na realidade, os governos árabes pró-imperialistas esperavam que os sionistas destruíssem as milícias islâmicas que corroem a estabilidade de seus negócios petrolíferos.

Na Síria, subsiste o único regime de origem nacionalista. Mantém um potencial conflito com Israel e um férreo controle sobre os opri-

midos de seu país e o Líbano. Mas desde que perdeu o patrocínio da União Soviética, seus presidentes mostraram-se muito permeáveis às pressões norte-americanas. Por isso, existem setores do governo israelense que procuram empurrar a Síria no caminho do Egito e da Jordânia, oferecendo como compensação a devolução das colinas do Golã, que já não têm a relevância militar do passado.

A resistência palestina teve que lidar com os governos árabes desde que a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) se constituiu como uma força autônoma. Conseguiu desenvolver uma extraordinária luta guerrilheira e se livrar parcialmente dessa sujeição durante os anos 1960 e 1970 e também durante a primeira Intifada (1987). Essa "revolução das pedras" foi um extraordinário levantamento de massas que incluiu formas muito avançadas de auto-organização popular e de participação coletiva. Provocou a desmoralização do exército ocupante, a fratura da sociedade israelense e impôs o reconhecimento do interlocutor palestino.

Mas Arafat aceitou os termos propostos em Oslo (1993) e Camp David (2000), que nunca contemplaram a constituição de um real Estado palestino, um aval que provocou a perda de autoridade da OLP. Em um clima de corrupção, proliferação de ONGs suspeitas, financiamento europeu e verticalismo autoritário, o Fatah foi primeiro questionado por militantes e intelectuais (como Edward Said) e depois pela maioria da população. Nesse contexto de frustração, as provocações de Ariel Sharon desataram a segunda Intifada (2000), mais militarizada e crescentemente dirigida pelo Hamas, organização que assumiu o posto de combate e garantiu a sobrevivência da sociedade palestina diante do colapso da OLP.

Atualmente, a luta palestina se desenvolve em um marco de irrupção generalizada dos movimentos islâmicos. O triunfo do Hamas constituiu-se em outro marco nessa avalanche, que foi reforçada pela vitória do Hezbollah frente a Israel. Seu líder, Sayyed Hassan Nasrallah já alcançou um nível de popularidade no Oriente Médio equivalente ao conseguido por Nasser nos anos 1960.

Nas novas circunstâncias, começa a reaparecer o velho problema do controle governamental sobre os movimentos de resistência. O Hezbollah demonstrou uma postura de inédita solidariedade com os palestinos. Mas seus apoiadores no Irã têm outros propósitos geopolíticos. Procuram reduzir a pressão norte-americana sobre o seu programa nuclear e aumentar a influência sobre os xiitas do Iraque para expandir o regime dos aiatolás.

O Hamas está submetido a um ataque terrorista contínuo muito superior a tudo o que sofreu o Fatah. Israel não o deixa governar, nem permite manter de pé nenhuma forma de vida organizada em Gaza e na Cisjordânia. Mas os governos árabes também aproveitam essa tragédia para fazer valer sua influência econômica. São os únicos provedores de recursos frente ao corte de ajuda da Europa e dos Estados Unidos (que financiavam a OLP) e tentam por essa via domesticar o novo governo palestino.[14]

Os dilemas dessa resistência e o impasse estrutural da sociedade israelense convergem para a grande pergunta do Oriente Médio: como solucionar o problema nacional da região?

Israel e os refugiados

Qualquer desenlace progressista da questão palestina requer, antes de tudo, a derrota do expansionismo sionista. Esse é o ponto de partida para avaliar uma resolução do conflito. Essa vitória dos palestinos suporia o desmantelamento do Estado colonialista e de nenhuma maneira a eliminação física dos israelenses. Conduziria ao estabelecimento da igualdade de direitos, anulando todos os princípios que legalizam a ocupação de territórios alheios. Enquanto Israel controlar os dispositivos de imigração em um espaço tão reduzido,

[14] Achcar (2006) propõe um balanço da Intifada, Mulhem (2004) analisa o regime sírio e Massad (2005) descreve os condicionamentos para o Hamas.

continuará funcionando uma máquina de expulsar os habitantes originários para instalar os recém-chegados.

Em vez de discutir esse problema, os sionistas afirmam que os "árabes querem nos jogar no mar" e interpretam um lema bélico surgido durante as primeiras guerras ("destruir o Estado de Israel") como uma convocatória ao assassinato massivo dos judeus. Essa frase surgiu como uma reação defensiva frente à acelerada expansão do novo Estado de colonos e atualmente é pouco utilizada.

É verdade que foi repetida recentemente pelo presidente do Irã, ainda que depois ele tenha esclarecido que propunha "eliminar do mapa o regime sionista, e não Israel". Mas o essencial do tema é que nenhuma proposta concreta dos palestinos propõe consumar atos de genocídio, nem impor exílios forçados. Atribuir-lhe esse propósito é uma caricatura ou um panfleto semelhante ao que utiliza Bush para justificar a "guerra preventiva" com algum vídeo de Bin Laden.

Na esquerda, o uso da velha fórmula de "destruir o Estado de Israel" é claramente inconveniente. É uma proposta facilmente mal-interpretada, já que as lutas nacionais tendem a adotar sempre um programa positivo de reivindicação de independência, em detrimento da faceta negativa (eliminar o Estado opressor). Nas lutas antiimperialistas de qualquer país, não é comum convocar ao "aniquilamento do Estado americano, francês ou inglês" e nem sequer o desmonte do *apartheid* foi realizado sob um chamado para "destruir o Estado sul-africano". Na realidade, qualquer transformação progressista requer a abolição da situação colonial, mas esse objetivo tende a ser enunciado em função do que se quer construir e não do que se busca eliminar.

É indispensável anular o caráter colonialista de Israel para superar o problema dos refugiados palestinos – que o sionismo esperava dissipar com o passar do tempo. Apostava em um esquecimento histórico, semelhante ao sofrido pelos aborígines nas reservas do Oeste americano. Mas, em 2001, havia 1,2 milhão de refugiados nos campos e 2,6 milhões fora desses refúgios. Constituem um bloco de 3,8 mi-

lhões de pessoas que exigem a restauração de seus direitos (Khaled, 2002).

A expectativa direitista de congelar o problema foi destruída pela resistência. Cada onda de luta palestina recolocou a exigência do retorno dos refugiados e essa exigência foi particularmente contundente durante a primeira Intifada. Um aspecto-chave do fracasso de Oslo e de Camp David foi justamente sua total omissão em relação a esse problema. Existem discussões sobre opções alternativas ao simples retorno dos expropriados aos seus lares baseadas na devolução de bens, reparações ou compensações equivalentes. Mas inclusive essas possibilidades requerem primeiro anular o caráter colonialista de Israel. A principal lei constitutiva desse Estado assegura direitos territoriais para os imigrantes judaicos a partir da negação desses mesmos direitos aos refugiados palestinos. Nunca haverá solução para o conflito sob esse sistema de recepção e expulsão de habitantes com base em critérios étnicos.

A coexistência de duas nações

No campo progressista ninguém põe em questão as reclamações legítimas dos palestinos. Mas o que ocorre com os atributos nacionais dos israelenses? Aqui também não há dúvida sobre seus direitos como cidadãos e a liberdade para viver na região. Promover o retorno aos seus países de origem é um disparate reacionário. Mas, e em relação à sua nacionalidade? Poderiam preservá-la ou deveriam dissolvê-la a fim de superar os confrontos do Oriente Médio?

Israel foi construído tendo por base a opressão dos habitantes originários, mas, repetindo o que ocorreu com países do mesmo tipo (Estados Unidos, Canadá, Argentina, Nova Zelândia), esse pecado original deu lugar a uma nova nação que já não pode ser abolida. Ao cabo de várias décadas de existência, é evidente a consolidação de uma nacionalidade dos israelenses.

Essa singularidade se manifesta tanto no plano objetivo (língua, território, economia comum) como na esfera subjetiva dos sentimentos de pertencer a uma mesma comunidade (passado e laços culturais compartilhados, consciência de grupo diferenciado). A consolidação de um idioma em desuso como era o hebraico – para substituir as línguas maternas dos judeus imigrantes de distinta origem – contribuiu para estabilizar essa nova nacionalidade. Qualquer que seja o critério escolhido para definir uma nação – padrões objetivos, subjetivos o uma combinação de ambos –, é evidente que os israelenses reúnem atualmente esses atributos.[15]

Essa conformação seguiu o modelo das nações geradas a partir do estabelecimento de um Estado (França, Portugal, Grã-Bretanha, Espanha...). Expressa um desenlace histórico inverso ao que seguiriam os palestinos se conseguissem forjar seu estado como coroamento de um processo prévio de formação de uma identidade nacional. Esse segundo curso repetiria o rumo dos países surgidos no calor de uma luta anticolonial (Índia, Argélia...). Mas o importante é que, como resultado de processos históricos diferentes, tanto aos israelenses como aos palestinos correspondem direitos nacionais, e não somente direito de cidadania.

Desconhecer essa legitimidade conduziria a ressuscitar um velho erro do século XIX: a crença de que existem "povos sem história", inevitavelmente condenados a atuar como agentes da reação e "povos com história", destinados a comandar a emancipação de seus vizinhos juntamente com a sua própria. A história do marxismo foi uma longa e inconclusa aprendizagem sobre os equívocos dessa índole.[16]

No Oriente Médio, a autodeterminação de um povo oprimido, como é o palestino não pode ser realizada desconhecendo os direitos nacionais dos habitantes do Estado de Israel que os oprime. A solu-

---

[15] Smith (2004) apresenta uma síntese das discussões atuais sobre a definição de nação.

[16] A análise clássica desse debate foi colocada por Rosdolsky (1980).

ção do conflito requer esse reconhecimento para abrir um cenário de coexistência entre as duas comunidades nacionais.[17]

Dois Estados soberanos

Uma solução para o conflito começou a ser esboçada a partir dos anos 1970, quando o movimento palestino aceitou discutir a formação de dois Estados tendo por base o retorno dos refugiados e a retirada israelense para as fronteiras vigentes em 1967. Essa opção ganhou mais força após a primeira Intifada, mas Israel boicotou sistematicamente todas as negociações. Obstaculizou cada tentativa para ganhar novos pedaços de território mediante operações militares.

É completamente falso atribuir o fracasso dessas conversações aos "fanáticos de ambos os campos".[18] Neste caso não existem "responsabilidades compartilhadas", nem culpas eqüitativamente distribuídas entre os assassinos de Yitzhak Rabin e os membros da Jihad islâmica. A guerra que foi iniciada por Sharon e está sendo continuada por Olmert tem o evidente propósito de sepultar qualquer perspectiva de existência de dois Estados. Enquanto Israel continuar executando sua quota de assassinatos diários em Gaza, as negociações são impraticáveis.

Mas o que enterra estruturalmente essas conversações é o grau de colonização perpetrado na Cisjordânia. O número de assentados, a dimensão da infra-estrutura construída e o apoderamento de terras tornam muito difícil o retorno às fronteiras de 1967. E sem essa retirada, o Estado palestino é completamente inviável. Não existe margem para construir essa entidade na geografia cercada por muros e desmembrada da Margem Ocidental.

---

[17] Esse modelo binacional é proposto por Warschawski (2004 e 2006).

[18] Essa tese é proposta, entre outros, por Sachs (2006) e Gregorich (2006).

Muitos autores progressistas também defendem a factibilidade dessa opção (Manson, 2006 e Peled, 2006). Avaliam que a retirada forçada de vários milhares de colonos de Gaza por parte do governo de Sharon demonstrou que um retorno do mesmo tipo poderia ser implementado na Cisjordânia. Mas aqui a diferença de quantidade determina um salto de qualidade. Israel incorporou as principais regiões da Margem Ocidental ao seu território, da mesma forma que estendeu suas fronteiras a partir do esquema inicial da partilha para chegar ao país existente em 1967. Teria que sofrer uma derrota de grande impacto, um desgaste insuportável como ocupante, uma forte corrosão interna ou uma perda de apoio internacional para renunciar às porções já recolonizadas da Cisjordânia e de Jerusalém.

Aqueles que imaginam ser possível essa retirada afirmam que o projeto de dois Estados não está destruído, mas somente foi afetado pela etapa de agressão imperialista inaugurada no 11 de setembro. Avaliam que um giro na direção do multilateralismo e que inclua a derrota e o fim do governo de Bush arrastaria consigo também a direita israelense. Mas inclusive nesse cenário não se vislumbra uma redução do apoio geopolítico que os Estados Unidos dão ao sionismo e esse apoio implica uma política militar agressiva, que torna muito difícil a subsistência de um Estado palestino soberano. É certo que o grau de estreita associação entre os Estados Unidos e Israel tem somente quarenta anos, mas se converteu em um pilar da estratégia imperialista na principal região periférica do planeta.

Como essa simbiose não existiu na África do Sul, muitos analistas avaliam que é muito improvável a repetição no Oriente Médio de um desmonte semelhante ao observado com o *apartheid*. Vários governos americanos toleraram a campanha internacional contra o racismo na África Austral, mas nenhum aceitou a menor crítica a Israel. Esse contraste ilustra quão diferentes são os interesses em jogo em cada caso (cf. Ramírez, 2006).

Existe outro argumento muito mais pragmático a favor dos dois Estados e que simplesmente salienta a inexistência de outra alter-

nativa realista para superar o conflito. Mas essa afirmativa que parecia evidente nos anos de 1980 e de 1990 perdeu credibilidade na atualidade. A guerra permanente contra os palestinos e a ocupação da Cisjordânia reduziram drasticamente a factibilidade dessa opção. Por isso, não se vislumbra por ora a retirada de Israel para as fronteiras de 1967 e a negociação das demandas dos refugiados.

Um só Estado laico e democrático

Os impedimentos enfrentados pelo projeto de dois Estados soberanos ressuscitou a alternativa promovida pela OLP nos anos 1960: construir um Estado único, laico e democrático para os habitantes da região, capaz de eliminar todos os componentes de discriminação étnica ou religiosa.

Esse projeto é a proposta tradicional da esquerda (cf. Callinicos, 2006 e Tilley, 2006).[19] Mas a novidade é o seu ressurgimento embrionário como opção no Oriente Médio a partir de projetos impulsionados por alguns intelectuais e militantes da região. Propõem um programa de reorganização democrática, anulação do Estado étnico e o estabelecimento da cidadania por critérios de residência.[20]

Essa solução é a mais avançada e conveniente. Baseia-se no precedente republicano francês e reduz a utilização dessas crenças religiosas como justificação bélica. Propõe dissolver os conflitos entre comunidades reunindo todos os habitantes sob um mesmo teto, com direitos e obrigações cidadãs equivalentes, um caminho de convergência seguiu-se à conformação de muitos Estados contemporâneos.

---

[19] Na esquerda argentina: Altamira (2006); Cinatti (2006); Ramírez (2006a) e F.M. (2006).

[20] Essa opção é proposta pelos promotores da revista *Dialogue. Review for discussion between arabe and jewish activists of Palestine*.

O principal obstáculo que enfrenta essa opção é sua baixíssima aceitação atual. É um programa que tem poucos defensores de peso, porque a OLP abandonou essa proposta, as correntes islâmicas nunca a apoiaram e em Israel jamais teve apoio significativo. A solução democrática para o problema nacional exige que cada comunidade defina livremente o tipo de organização estatal que prefere. E é evidente que somente poucos palestinos e quase nenhum israelense aceitaria atualmente a conformação de um Estado em comum. Especialmente em Israel foi difundido um terror generalizado pela futura supremacia demográfica dos palestinos, dada a sua alta taxa de natalidade. Varias pesquisas realizadas entre ambos os grupos confirmam essa mútua animosidade. Mas, como tampouco se percebe a viabilidade do modelo dos dois Estados, todos os desejos coletivos apresentam um caráter transitório e mutável.

Israel atravessa um trauma político sem um desenlace previsível. O sistemático giro à direita que prevaleceu desde os anos 1990 contrasta com o clima progressista que predominou durante as marchas que pediam "Paz Agora" em 1982 e 1988-1990. Mas o recente fracasso no Líbano permite conceber, em algum momento, um retorno a esse cenário, caso as agressões militares não dêem resultado. Por sua vez, os palestinos se encontram sob o choque do terror da ocupação, no marco da ascensão do Hamas, que não definiu claramente qual é seu projeto futuro.

Um segundo problema do Estado único é seu caráter laico, oposto tanto ao modelo sionista (confessional judaico), quanto à variante multiconfessional libanesa (cristãos e muçulmanos) ou mesmo às vertentes teocráticas promovidas pelo integrismo islâmico. Mas esse retrocesso em direção a propostas religiosas apresenta muitos matizes. O furacão islâmico em curso é muito heterogêneo no plano político. Inclui vertentes de esquerda e de direita, radicais e conservadoras, antiimperialistas e pró-americanas. Reúne os fundamentalistas talibãs e os que respeitam as mulheres, as minorias étnicas e outras crenças. A maré islâmica canaliza correntes progressistas jun-

to com propostas retrógradas. O Hamas, por exemplo, é um movimento político que se distanciou do totalitarismo fundamentalista. No Líbano, o Hezbollah tampouco impulsiona um regime político excludente, mas uma variante do sistema multiconfessional vigente. É preciso reconhecer igualmente que o contexto para um programa laico é menos favorável que no passado.

Na África do Sul, a minoria branca concordou em introduzir a cidadania formal e compartilhar na prática o sistema político com as elites negras e mestiças, em troca da preservação de seus privilégios econômicos. Mas a reprodução desse esquema não é simples. Lá não houve a criação de novas estruturas nacionais e também existem certas diferenças estruturais.

Enquanto a economia sul-africana integrava os trabalhadores negros como explorados nas minas, fábricas e no campo, a colonização israelense expulsa os palestinos e tende inclusive a substituí-los por mão-de-obra de qualquer nacionalidade nos momentos mais críticos (tailandeses, filipinos, turcos). Essa segmentação se traduz em uma divisão da classe trabalhadora da região, que conspira contra o Estado compartilhado.

A perspectiva socialista

A melhor proposta para resolver o conflito é o Estado único, democrático e laico. Poderia emergir subitamente como alternativa no cenário de um colapso catastrófico de Israel. Alguns autores imaginam um final comparável ao sofrido pelo nazismo na Alemanha. Caso os Estados Unidos se atrevam a concretizar a guerra contra o Irã (e eventualmente contra a Síria) projetada por Rumsfeld, qualquer tipo de explosão é possível. E se Israel participar de semelhante aventura poderia abrir as comportas para sua autodestruição, em um marco de reorganização geral do Oriente Médio. Mas esse raciocínio contém demasiados ingredientes especulativos.

Em condições menos explosivas, a marcha em direção a um Estado único poderia transitar por incontáveis caminhos de aproximação, marcados por vitórias territoriais e avanços na gestação de uma consciência democrática comum entre palestinos e israelenses. Esse caminho pressupõe derrotas do exército sionista que o obriguem a devolver as fazendas de Cheeba ao Líbano, o Golã à Síria, até forçá-lo ao abandono da Cisjordânia. Não é simples imaginar como poderia ser concretizada tal retirada, mas tampouco se pode pensar no nascimento do Estado palestino sem essa desocupação.

A história dos processos revolucionários está marcada por numerosos exemplos de concessões territoriais ao inimigo. Em Brest Litvosky, Lênin aceitou um acordo com a Alemanha, Mao Tsé-tung tolerou a sobrevivência de Taiwan e Fidel Castro convive com Guantánamo. Também são completamente legítimas as tréguas. O Hezbollah, por exemplo, aceitou recentemente a presença de tropas da ONU no sul libanês. Mas o que não é viável é o modelo de uma Palestina desmembrada oferecido por Israel, copiando o modelo das republiquetas construídas durante o *apartheid* sul-africano (os Bantustões).

A luta pelo Estado único poderia seguir, portanto, um caminho reto ou sinuoso. Mas sempre estará associada ao grau de aceitação que esse propósito obtenha em ambas as comunidades. Ninguém pode antecipar quanto tempo tardará em cicatrizar o abismo de sangue que foi criado por seis décadas de repressão colonial ininterrupta. A superação dessa herança requererá novas relações de forças sociais, outro grau de consciência política e uma experiência de ações comuns dos movimentos progressistas palestinos e israelenses.

Mas para a verdadeira distensão entre os povos e o final dos enfrentamentos nacionais é preciso erradicar o capitalismo. Esse sistema perpetua as rivalidades étnicas para facilitar os lucros das grandes corporações. Milhões de indivíduos se enfrentam no Oriente Médio para que os financistas de Wall Street, os xeques do petróleo, os generais de Israel e os potentados do mundo árabe incrementem seus

privilégios. Somente a unidade e solidariedade de todos os oprimidos contra seus opressores poderia eliminar o tormento de sangue padecido pela região.

Se os judeus, cristãos, sunitas e xiitas de todas as nacionalidades atuassem em comum contra os seus verdadeiros inimigos, os canhões apontariam contra os culpados pelo drama regional. A constituição de uma Federação Socialista de todos os povos é o único remédio de longo prazo para os conflitos do Oriente Médio. O socialismo transita aqui como em nenhuma outra parte do mundo pelo caminho da emancipação nacional. Mas, por sua vez, essa libertação não se fortalecerá se não desembocar na extinção das raízes capitalistas de todas as formas de opressão.[21]

Solidariedade latino-americana

A causa palestina é uma bandeira compartilhada por todos os movimentos sociais do planeta. Os sofrimentos da população civil e a resistência popular no Oriente Médio despertam um grau de simpatia e adesão internacional cada vez maior. Essa luta é vista como uma batalha contra a guerra provocada pelos opressores e uma campanha a favor da paz exigida pelos oprimidos.

As mobilizações realizadas após a recente agressão ao Líbano foram, no entanto, relativamente limitadas fora do mundo árabe. Não ocorreram marchas massivas na Europa e nos Estados Unidos como conseqüência de várias dificuldades políticas. Após as grandes manifestações de fevereiro de 2003 contra a guerra do Iraque, os protestos

---

[21] O grande acerto de Lênin foi o de ressaltar a dialética que vincula ambos processos, em oposição ao cosmopolitismo inocente, que fantasia a autodissolução espontânea dos preconceitos nacionais através de um sermão sobre a fraternidade. Uma análise substancial dos debates do marxismo sobre a questão nacional foi desenvolvido por Lowy (1998).

internacionais perderam força. Tanto a expectativa de reverter essa invasão por meio da diplomacia européia, como a esperança de uma derrota eleitoral de Bush afetaram o movimento. Por outro lado, as ações da Al Qaida têm um efeito devastador sobre a luta democrática. Mas esse refluxo é conjuntural e tende a se reverter com as novas ações, por exemplo, as promovidas pelas mães de soldados estadunidenses mortos no Iraque.

Na América Latina, o impacto do conflito do Oriente Médio é muito superior ao passado. Basta observar o lugar que ocupa o tema na imprensa para notarmos como o avanço da mundialização incrementou os vínculos da região com as comoções internacionais. Em toda a região se observaram contundentes expressões de apoio à causa palestina, que provocaram a indignação dos conservadores. A direita não cabe em seu assombro diante do crescente sentimento antisionista registrado desde o México até o Cone Sul (Oppenheimer, 2006).

Mas o mais significativo ainda é a influência de certas atitudes antiimperialistas. Hugo Chávez denunciou que Israel atua como Hitler e retirou seu representante diplomático desse país. Sua atitude contrastou com os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Argentina, Nestor Kirchner, que auspiciaram um acordo de livre comércio do Mercosul com Israel e bloquearam qualquer condenação à agressão sionista.

A decisão de Chávez não foi uma formalidade propagandística. Foi um ato de grande solidariedade que teve um impacto direto sobre o ânimo da resistência libanesa. Como assinalou o líder do Hezbbollah: "O presidente da Venezuela fez o que não faz a maioria dos Estados muçulmanos" e por isso agradeceu ao seu "apoio moral à nossa luta" (Nasrallah, 2006). Em todo o Oriente Médio, a tradição revolucionária latino-americana mantém uma influência significativa, que se manifesta, por exemplo, nas fotos de Che Guevara que invariavelmente aparecem nas casas dos combatentes palestinos e libaneses.

Os resultados do confronto no Oriente Médio influem, por sua vez, diretamente sobre a América Latina. Se Israel sofrer uma derrota importante no período imediato, os Estados Unidos terão menos poder para implementar ações violentas na região. A Área de Livre comércio das Américas (ALCA) continuará bloqueada, os tratados bilaterais continuarão enfrentando sérios obstáculos e o imperialismo não poderá relançar seu projeto de recolonização política do hemisfério.

Uma derrota de Israel reduziria concretamente a margem de ação do Pentágono para abrir bases militares (como a construída recentemente no Paraguai), deslocar tropas e seguir patrocinando – sob o pretexto de erradicar o narcotráfico – o Estado terrorista da Colômbia. No passado, os militares israelenses assessoraram Pinochet e vários ditadores da América Central e estão disponíveis para qualquer aventura reacionária. Seu fracasso acentuaria as dificuldades dos Estados Unidos para atacar a Venezuela e agredir Cuba a partir de Miami. Também criaria obstáculos ao Departamento de Estado para frear o giro em direção à nacionalização dos hidrocarbonetos que começou na América do Sul, em meio à situação explosiva relacionada ao petróleo que foi gerada no Oriente Médio pela ocupação imperialista no Iraque.

O espelho argentino

A mudança nas posturas observada na América Latina diante do conflito do Oriente Médio se reflete nitidamente na Argentina. Ao contrário do que ocorreu nas guerras anteriores, dessa vez a conduta pró-israelense não foi dominante no país. Os representantes das organizações sionistas ficaram na defensiva e os porta-vozes da comunidade árabe – tradicionalmente silenciados – puderam levantar sua voz. Pela primeira vez apareceram na televisão as duas campanhas e os jornais tiveram que dar espaço aos críticos da agressão.

Essa visibilidade expressou o rechaço majoritário da população aos crimes no Líbano. Uma pesquisa na Grande Buenos Aires e na Capital Federal indicou que oito de cada dez cidadãos repudiaram o ataque israelense. Esse índice superou amplamente o nível habitual de 15% que costuma se inclinar por essa posição (cf. *Página 12*, 6 ago. 2006). Também a intelectualidade rompeu majoritariamente com o clássico padrão de simpatia ou de neutralidade em relação a Israel e se pronunciou contra as ações do exército sionista. Somente a direita mais recalcitrante justificou o massacre, recorrendo aos argumentos mais pueris do liberalismo.[22]

Tal mudança de clima obedece, particularmente na Argentina, à grande sensibilidade que existe diante de qualquer violação dos direitos humanos. Ver imagens de terrorismo de Estado recorda imediatamente a ditadura e os desaparecidos. Por outro lado, o nível de consciência antiimperialista progrediu significativamente desde 2001 como o demonstrou, por exemplo, o repúdio à visita de Bush.

Mas o que mais irrita a muitos setores da população é a conduta do *establishment* sionista. Esse grupo tenta reproduzir a ação do *lobby* americano-israelense, sem se dar conta em que país atua. Assume os projetos do Pentágono, propaga as exigências do Departamento de Estado contra o Irã e calunia a comunidade árabe da Tríplice Fronteira. O embaixador israelense se comporta com o desembaraço próprio de um cônsul colonial e exige publicamente a demissão dos jornalistas que lhe desagradam.

Através de seu jornal predileto (*La Nación*) repudia a coleta de ajuda para o Líbano, como se fosse um delito socorrer as vítimas de um bombardeio ou colaborar com a resistência. O financiamento das atividades criminosas do Estado de Israel institucionalizou-se, em troca, como um episódio normal da vida comunitária. Qualquer

---

[22] A idéia de que Israel representa os valores da liberdade e o Hezbollah representa os princípios do totalitarismo foi repetida no melhor estilo [por] Vargas Llosa como justificação do massacre. Birmajer (2006) assumiu essa postura.

crítica ao sionismo na universidade, nos sindicatos ou na fachada de um edifício é convertida em um grande escândalo de mídia.

Mas a novidade é a oposição desatada por essas condutas inclusive dentro da própria coletividade judaica. Cresceu a desconfiança em relação aos dirigentes que colaboraram com o trabalho sujo realizado pela CIA e pelo Mossad para evitar o esclarecimento dos atentados à embaixada israelense e à Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA). Ao cabo de 14 anos de pesquisas não se sabe nada sobre os responsáveis externos e suas conexões locais. Nesse complicado marco, Kirchner faz malabarismos. Tomou certa distância da liderança sionista, mas está muito longe de imitar Chávez. Evita pronunciamentos e rechaçou o envio das tropas ao Líbano, solicitado pela ONU, para preservar um perfil político discreto.

Na Argentina, a recente guerra precipitou uma divisão política e ideológica totalmente divorciada das crenças religiosas. Às manifestações pela Palestina comparece a esquerda e as marchas por Israel aglutinam a direita. Esse alinhamento é incompreensível para os sionistas,[23] mas na realidade ilustra quão bem se situa a esquerda nos campos em conflito. Deixa de lado qualquer preconceito nacional, étnico ou religioso e se coloca onde deve estar: junto aos oprimidos e contra os opressores.

Essa postura de solidariedade é um acerto político apoiado em uma atitude ética. A causa palestina interpela a todos os cidadãos do mundo e obriga a definição de condutas individuais. Ninguém pode ocultar qual é a sua posição diante de um povo agredido. Afortunadamente, a cada dia são mais visíveis as demonstrações de apoio a uma heróica resistência.

---

[23] "Ainda não podemos entender como é que existem setores de esquerda que apóiam um movimento teocrático, fundamentalista, terrorista e fundamentalista como o Hezbollah." Kirszenbaum (2006).

Referências bibliográficas

Achar, Gilbert. De la première intimada au succés du Hamas. *Inprecor*, Paris, n. 517, mai. 2006.

____. El agujero negro de los estados árabes. *Le Monde Diplomatique*, Paris, jul. 2005.

____. El doble ataque israelí sobre Líbano y Palestina. *Liberazione*, 15 jul. 2006.

____. Los planes imperiales de Estados Unidos son un barco que se hunde. www.espacioalternativo.org, 6 ago. 2006.

Ali, Tariq. Hay una guerra colonial prolongada por delante. *Clarín*, Buenos Aires, 5 ago. 2006.

Altamira, Jorge. Líbano: una derrota gigantesca del imperialismo. *Prensa Obrera*, Buenos Aires, n. 959, 8 ago. 2006.

Ben, David Arie. The right of return: against the principle of the ethnic state. *Dialogue*, n. 10, Aug. 2005.

Birmajer Marcelo. En defensa de la libertad. *La Nación*, Buenos Aires, 25 ago. 2006.

Bllin, Arnaud e Chaliand, Gerard. Una historia del terror. *Página 12*, Buenos Aires, 13 set. 2004.

Borojov, Dov Ber. *Bases del sionismo socialista*. Montevideo: Mordejai Anilevich, 1973.

Boron, Atilio. Terrorismos. *Página 12*, Buenos Aires, 9 jul. 2005.

Callinicos, Alex. Why two states is not the solution for Palestine. *Socialist Worker*, 5 ago. 2006.

Chomsky, Noam. Israel persigue anexionarse las tierras más valiosas. *Rebelión*, 4 ago. 2006.

Cinatti, Claudia. Transformar la resistencia en una lucha generalizada de liberación nacional y social. *La Verdad Obrera*, Buenos Aires, n. 198, ago. 2006.

Dzalb, Damian. Hezbollah decidió instalar la guerra. *Clarín*, Buenos Aires, 9 ago. 2006.

Editors. Two status for a single land? *Dialogue*, n. 12, March 2005.

F.M. ¿Por qué Laico, democrático y no racista?. *Alternativa Socialista*, Buenos Aires, 10 ago. 2006.

Febro, Eduardo. Luces y sombras de la primavera árabe. *Página 12*, Buenos Aires, 20 mar. 2005.

Goldman, Daniel Un antisemitismo vergonzante. *Página 12*, Buenos Aires, 18 ago. 2006.

Gregorich, Luis. Medio Oriente, sin finales felices. *La Nación*, Buenos Aires, 15 ago. 2006.

Grynwald, Luis. El estado de Israel está frente a su sexta guerra de defensa. *Clarín*, Buenos Aires, 3 ago. 2006.

Haddad, Khaled. Israel perdió la guerra y busca una victoria en la ONU. *La Nación*, 4 ago. 2006.

Harvey, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University, 2003.

Hersh, Seymour. Ensayo general para Irán, *El País*, Madri, 20 ago. 2006.

Jawad, Saleh Andel. Un sociocide. *Inprecor*, Paris, n. 517, mai 2006.

Kepel, Gilles. La democracia en la zona ya no es una prioridad para Estados Unidos. *Clarín*, Buenos Aires, 9 ago. 2006.

____. Terrorismo: cuando Internet funciona como una guarida. *Clarín*, Buenos Aires, 16 ago. 2005.

Khalaf, Issa. La patología del poder israelí. *Rebelión*, 3 ago. 2006.

Khaled, Malik. The right of return. *Dialogue*, n. 1, 2002.

Kirszenbaum, Jorge. Masivo acto de apoyo de Israel en Buenos Aires. *La Nación*, Buenos Aires, 15 ago. 2006.

León, Abraham. *La concepción materialista de la cuestión judía*. Buenos Aires: El Yunque, 1975.

Levy, Gideón. Un apagón moral para Israel. *La Nación*, Buenos Aires, 1° ago. 2006.

Lowy, Michael. *¿Patrias o planeta?* Rosario: Homo Sapiens, 1998.

Luttwak, Edgard. Se equivocan los que creen que ganó Hezbollah. *Clarín*, Buenos Aires, 27 ago. 2006.

Manson, Meter. Fight for two states, fight for Arab unity. *Weekly Worker*, n. 636, 3 ago. 2006.

Massad, Joseph. Hamas and the conditions of funding. *Dialogue*, n. 12, March. 2005.

Meyssan, Thierry. La guerra de civilizaciones. *Red Voltaire*, CO n. 1035, 23 dez. 2004.

____. Los neoconservadores y la política del caos constructor. *Red Voltaire*, 1° ago. 2006.

Mulhem, Monif. Quand on decide se battre, il faut accepter de se faire arreter. *Inprecor*, n. 498-499, oct.-nov. 2004.

Nasrallah, Sabed Hassan. Mientras exista el imperialismo la paz es imposible. *La Haine*, 20 ago. 2006.

Oppenheimer, Andrés. Las criticas a la guerra en América Latina. *La Nación*, Buenos Aires, 15 ago. 2006.

Peled, Yoav. Zionist realities. *New Left Review*, n. 38, mar.-apr. 2006.

Petras, James. El Líbano está peleando por su soberanía. *CX36 R. Centenario*, 7 ago. 2006.

Ramírez, Roberto. El drama Palestino. *Socialismo o Barbarie*, Buenos Aires, 6 ago. 2006.

____. Por un estado único, laico y democrático en toda Palestina. *Socialismo o Barbarie*, Buenos Aires, 6 ago. 2006.

Rein, Raanan. Israel tiene derecho a usar la fuerza. *Clarín*, Buenos Aires, 7 ago. 2006.

Rosdolsky, Roman. *Friedrich Engels y el problema de los pueblos "sin historia"*. México: Pasado y Presente, 1980.

Rozitchner, León. Que piden los terroristas. *Página 12*, Buenos Aires, 23 jul. 2005.

Sachs, Jeffrey. Fanáticos y moderados. *La Nación*, Buenos Aires, 2 ago. 2006.

Saxe Fernández, John. Terrorismo de estado. *Página 12*, Buenos Aires, 6 ago. 2005.

Shalom, Silván. Un acuerdo que podría llevar a un nuevo conflicto. *La Nación*, Buenos Aires, 14 ago. 2006.

Smith, Murray. La question nationale en Europe occidentale. *Critique Communiste*, Paris, n. 171, 2004.

Tilley, Virginia. The secular solution. *New Left Review*, n. 38, Mar-Apr. 2006.

Tokatlian, Juan. El laberinto de Europa ante el terror. *La Nación*, Buenos Aires, 15 jul. 2005.

Trablusi, Fawaz. Lo importante es que por primera vez Israel no hay una victoria clara de Israel. *Clarín*, Buenos Aires, 31 jul. 2006.

Wallerstein, Immanuel. ¿Qué puede lograr Israel? *Rodela.net*, 4 ago. 2006.

Walt, Stephen e Mearsheimer, John. El lobby israelí y la política exterior de Estados Unidos. *Sin Permiso*, 30 jul. 2006.

WARSCHAVSKI, Michel. La centralité de la question palestinienne. *Inprecor*, n. 498-499, oct.– nov. 2004.

____. Face aux impératis de la revendication nacionales des deux communautes. *Inprecor*, Paris, n. 517, mai. 2006.

WIDDER, Sergio. Antisemitismo sin excusas. *Página 12*, Buenos Aires, 1 ago. 2006.